



Desafios e Perspectivas do Professor na Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência Intelectual/Síndrome de Down

Madson Márcio de Farias Leite; Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne

Resumo: Esta pesquisa surgiu da necessidade de investigar qual seria os desafios e perspectivas do professor no processo de inclusão de crianças com deficiência intelectual/Síndrome de Down, uma vez que esse profissional é de grande contribuição no processo de inclusão escolar, podendo proporcionar melhores condições de aprendizagem e permanência no espaço educacional. O objetivo da pesquisa é analisar quais os desafios e perspectivas do professor na educação inclusiva de crianças com deficiência intelectual/síndrome de down. A prática docente é de extrema importância no processo de aprendizagem, uma vez que o professor passa a ser o elo entre o conhecimento e o estudante, é através da educação que se pode formar cidadãos mais críticos e conhecedores de seus direitos e deveres. A inclusão é um processo essencial na vida das crianças com algumas necessidades especiais, uma vez que é através da inclusão que essas crianças podem de fato conquistar sua cidadania, independência e autonomia. Adotou-se aqui como metodologia a pesquisa bibliográfica, na qual se buscou artigos que tratassem da referida temática. Diante do exposto, esta pesquisa concluiu através da análise dos artigos avaliados que diante de diversos desafios enfrentados pelos professor, este é ainda descrito como um dos profissionais que fazem total diferença na vida dessas crianças, podendo trazer tanto benefícios relacionados ao aprendizado cognitivo, como aspectos relacionados a sua vida de forma integral diante de todas as adversidades imposta pela deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Deficiência Intelectual. Síndrome de Down. Professor

Challenges and Perspectives of the Teacher in the Inclusive Education of Children with Intellectual Disabilities / Down Syndrome

Abstract: This research arose from the need to investigate what would be the challenges and perspectives of the teacher in the process of inclusion of children with intellectual disabilities / Down Syndrome, since this professional is of great contribution in the process of school inclusion, and may provide better conditions of learning and permanence in the educational space. The objective of the research is to analyze the challenges and perspectives of the teacher in the inclusive education of children with intellectual disabilities / down syndrome. Teaching practice is extremely important in the learning process, since the teacher becomes the link between knowledge and the student, it is through education that one can form more critical citizens who are aware of their rights and duties. Inclusion is an essential process in the lives of children with some special needs, since it is through inclusion that these children can actually earn their citizenship, independence and autonomy. Here, bibliographic research was adopted as the methodology, in which articles were sought that dealt with the referred theme. In view of the above, this research concluded by analyzing the articles evaluated that, given the various challenges faced by the teacher, he is still described as one of the professionals who make a total difference in the lives of these children, and can bring both benefits related to cognitive learning, as well as aspects related to his life in a comprehensive way in the face of all the adversities imposed by the disability.

Keywords: Inclusive Education. Intellectual Disability. Down's syndrome. Teacher.

¹ Psicólogo e Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA, Paraguai – PY. madsonmarcio@hotmail.com.

² Pedagoga e Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA, Paraguai - PY. clarazevedo@globocom.

Introdução

A realização deste trabalho surgiu da necessidade de conhecer sobre a contribuição dos professores com relação a desafios e perspectivas voltadas a inclusão no contexto escolar de crianças com deficiência intelectual/síndrome de down. Determinado número de sujeitos ao nascer trazem consigo características diferentes daquelas que são o padrão ou o modelo requerido pela sociedade. O fato de possuírem diferenças significativas conduzem a discriminações não só pelas pessoas, mas também pelos diversos meios sociais, o que leva a privações em sua vida cotidiana

A Educação da pessoa com deficiência sofreu muitas transformações no transcorrer do processo histórico da formação do ser humano, paralelamente à evolução das necessidades dos sujeitos e à própria organização social. Vivemos em uma sociedade em que as referências educacionais tem sido uma constante. Nunca se falou tanto sobre a importância da educação no século XXI, aspectos que se ligam a um mundo globalizado a cada dia se torna mais competitivo.

A deficiência intelectual - DI é caracterizada pelo funcionamento cognitivo intelectual que não corresponde à idade esperada, ou seja, está muito abaixo do que é considerado normal. Porém não sendo impedimento para que essas crianças possam ter um desenvolvimento de forma satisfatória através do contexto educacional em contribuição com as salas de Atendimento Educacional especializado - AEE (BRITES, 2019).

No entanto a DI é uma das características mais comuns observadas em pessoas com a síndrome de down - SD, PUESCHEL (2012) define a SD como uma alteração cromossômica que ocorre de modo acidental e mecânico durante o momento da divisão celular. Sua frequência, em média, atinge um a cada 800 nascimentos.

O estudo traz como objetivos a pesquisa, analisar quais os desafios e perspectivas do professor na educação inclusiva de crianças com deficiência intelectual/síndrome de down - DI/SD, buscando identificar aspectos voltados as reais dificuldade na inclusão de crianças que são acometidas pela DI/SD durante o período em que estão iniciando seu processo de aprendizagem no âmbito educacional.

Essa pesquisa trouxe uma contribuição no que diz respeito à sistematização de conhecimentos sobre os desafios e perspectivas apresentado pelos professores no processo de inclusão, como também proporcionou subsídio nos diversos meios sociais a qual essas crianças venham fazer parte ao longo de sua vida.

Além disso, ouve um crescente aumento de crianças com DI/SD sendo inseridas no contexto educacional. Por isso, a relevância dessa pesquisa, uma vez que buscaremos trazer material inovador para refletir sobre as contribuições dos professores na inclusão de crianças com DI/SD no contexto escolar, enfatizando o importante trabalho que a escola através dos professores pode oferecer na vida das mesmas.

Com isso a escola passa a ser importante nesse processo de inclusão, uma vez que quando crianças com DI/SD são compreendidas, percebidas e ensinadas com equidade conforme direitos prescritos a elas, estas acabam que desenvolvendo habilidade e adquirindo conhecimentos tal qual outras crianças sem a deficiência, mesmo que o aprendizado ocorra em algumas vezes de forma gradativa, mesmo assim esse aprendizado é absorvido.

Educar para uma sociedade de forma inclusiva requer a compressão com o disseminar de novos paradigmas com relação a inclusão de pessoas com deficiência. Percebemos que só é possível haver uma democratização e desconstrução de atos relacionados a preconceitos e relacionados a educação inclusiva, quando todos buscarem de fato a conscientização da real necessidade do trabalho em conjunto entre escola, família e sociedade, para assim buscar a efetivação dos direitos inerentes a todos os cidadãos independentemente de suas peculiaridades, visto que quando nos retratamos a pessoa com deficiência intelectual, está requer que todos os seus direitos descritos nas leis, decretos e artigos entre outros possam realmente de fato acontecer, para assim ocorrer o processo efetivo de uma educação inclusiva de qualidade a todos.

Partindo dessa perspectiva, a DI/SD não deve ser encarada como uma sentença de incapacidade imutável e individualizada (OLIVEIRA, 2013). Defendemos que, diante de condições sociais favoráveis, os sujeitos com características da DI/SD, apresentam possibilidades de se desenvolver, constituindo conhecimentos e habilidades que os tornem capazes de conviver e participar ativamente da sociedade (BUSCAGLIA, 2006).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde foi realizada uma revisão de literatura nos principais artigos e trabalhos já publicados que tratassem da temática.

Um importante ponto a ser levado em consideração nas pesquisas de cunho bibliográfico é a realização de uma boa revisão do entendimento do diálogo realizado entre vários autores,

estes debatendo sobre a temática proposta, e propondo ideias e soluções inovadoras no processo de construção da legítima contribuição oferecida a pesquisa (SANTOS, 2006).

Portanto a revisão de literatura deve compreender a investigação de trabalhos, pesquisas e publicações na área que já foram publicados, a fim de identificar quem já pesquisou algo semelhante, e assim poder fazer contendas entre os referidos autores (RODRIGUES, 2007).

Assim sendo, a partir dos fundamentos coletados são abordados aspectos conceituais e, abordagens teóricas sobre os diferentes posicionamentos publicados. Dessa forma será possível um maior aprofundamento sobre a aludida temática. O material selecionado possibilitou uma maior fundamentação sobre a temática.

Na sequência, o material será apresentado e discutido em duas categorias temáticas, a saber: Desafios e Perspectiva dos professores na educação inclusiva e Mudanças ocorridas no processo e aceitação de crianças com deficiência no âmbito escolar

Desafios e Perspectiva dos professores na educação inclusiva

Os impasses com os quais os educadores lidam na inclusão de crianças com DI/SD perpassam diversos aspectos ligados à falta de domínio no tocante à efetivação da inclusão dessas crianças nas salas regulares de ensino. Isso ocorre em virtude da falta de equiparação de todos esses profissionais para lidar com as questões aí imbricadas, uma vez que o modelo de inclusão, adotado em diversos ambientes escolares no Brasil, está ligado não à inclusão e sim a integração. De fato, a mera inserção das crianças com DI/SD no ambiente escolar compartilhando do mesmo espaço que outras crianças sem a síndrome, não a qualifica como um processo de inclusão. Além disso, em sua maioria, trata-se de um ambiente composto por professores sem qualificação para lidar com a educação especial.

Todavia, sabe-se que o professor é o principal elemento no processo de inclusão escolar, ainda que o sistema educacional nem sempre reconheça efetivamente essa importância, tornando-o secundário na prática da inclusão (CORREIA, 2013).

Ainda de acordo com o referido autor:

São grandes as responsabilidades cometidas ao professor do ensino regular: esperasse que utilizasse estratégias e desenvolva atividades de ensino individualizado junto da criança com necessidade educacional especial - NEE, mantenha um programa eficaz para o resto do grupo e colabore na integração social da classe. Sem a formação necessária para responder às necessidades educativas destes alunos, não conhecendo muitas vezes a natureza dos seus problemas e as implicações que tem no seu processo educativo, os professores do ensino regular não lhes podem prestar o apoio adequado (CORREIA, 2013. p. 39).

Nesse sentido, entende-se que os desafios e responsabilidades impostas aos professores no processo de inclusão das crianças com DI/SD decorrem geralmente da falta de preparo para lidar com suas particularidades. Ao considerar o trabalho pedagógico com crianças com necessidades educacionais especiais, “[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes” (CARVALHO, 2019, p. 59).

Isso em virtude do papel de formador que é desempenhado pelos professores no processo de ensino-aprendizagem. Os educadores, ao lidar com inclusão, deparam-se com aspectos novos, o que pode se constituir um obstáculo para efetivação de sua prática.

Na maioria das vezes, os impasses vividos pelos professores no processo de inclusão podem estar associados a uma má formação na graduação, como também à falta de atualização, face às novas exigências e descobertas no processo inclusivo, fazendo assim com que estes profissionais empreguem práticas ultrapassadas, ou mesmo inadequadas, a determinadas necessidades. Outro aspecto que é bastante relevante no processo de inclusão está relacionado à experiência no aspecto prático do processo de inclusão, sendo este importante na melhor efetivação da inclusão no campo educacional formal.

Nesse sentido, torna-se necessário que todos os profissionais que trabalham com inclusão, tenham acesso à formação continuada e busquem sempre desenvolver uma postura de criatividade para a obtenção de resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem, não apenas em se tratando de crianças com SD.

Segundo Schön (2018), baseado em Vygotsky e Dewey, o processo do ensinar, tido como algo absoluto imposto pelo professor, deve ser reformulado e entendido como uma construção de valorização do saber do estudante na junção com o aprendizado sistematizado na escola, e não algo restrito ao que é descrito pelos educadores.

Essa junção do aprendizado demonstra que o processo de aprendizagem não é algo pronto, e sim construído de forma integrada entre professor e estudante. O referido autor utiliza como procedimento o talento artístico e profissional, ao se referir “aos tipos de competências que os profissionais demonstram em certas situações da prática que são únicas, incertas e conflituosas” (SCHÖN, 2018, p. 29).

A inclusão de crianças com DI/SD requer de seus professores esse talento, já que estes profissionais precisam desenvolver suas atividades unindo a teoria com a prática. Desse modo, entende-se que a criatividade é essencial no processo do aprendizado das crianças. Nesse contexto, a presença de uma criança com deficiência na sala de aula pode levar esse professor

a buscar criatividades metodológicas no processo de ensino, tornando suas aulas mais criativas e estimulantes no processo de aprendizagem (CARVALHO, 2019).

Para que haja um processo de inclusão de crianças com DI/SD, faz-se necessário o conhecimento e características específicas desta criança, em virtude da realização de uma intervenção pedagógica adequada, considerando-se que o processo de ensino-aprendizagem deve ser ofertado em uma sala regular, e no mesmo ambiente que outras crianças sem uma deficiência específica.

No processo de desenvolvimento das crianças com a referida síndrome, um aspecto que causa um atraso significativo é no desenvolvimento motor, levando essas crianças a terem um atraso no conhecimento, uma vez que a exploração de ambiente é responsável pela construção do conhecimento (SCHWARTZMAN, 2003). Segundo Vygotsky (2015), o ambiente passa a ser primordial no desenvolvimento e formação do sujeito no que se refere à aprendizagem e descobertas de novos conhecimentos.

No aspecto do desenvolvimento cognitivo, essas crianças podem também ter um grave prejuízo, podendo comprometer todas as áreas de seu desenvolvimento. Sabe-se que, desde o período do nascimento, essas crianças geralmente apresentam reações mais lentas do que outras crianças, podendo com isso prejudicar seu desenvolvimento com relação à interação com o meio social. De algum modo, a não efetivação de práticas inclusivas pode atrasar o processo de aquisição de outras habilidades em função da dependência desta.

Outra área afetada pela SD é a linguagem e a atenção. A linguagem, segundo Schwartzman (2003), é uma das que mais causam problemas de atraso, porém a maioria das crianças consegue utilizar a linguagem. Mesmo com alguma dificuldade no processo de comunicação, é possível a estes também aprender questões de regras utilizadas nas conversas em geral. No aspecto relacionado à atenção, pode trazer prejuízos na interação desses sujeitos no envolvimento de tarefas.

Outro fator importante é a possibilidade, mesmo com esses prejuízos, de haver a criação de novos circuitos neurais, possibilitando assim experiências significativas e havendo uma melhora nas estruturas sinápticas, cabendo lembrar que a criação dessas novas células só é possível graças à concepção de novas experiências (VOIVODIC, 2013). Com isso, demonstra-se que essas crianças, mesmos providas de tantas restrições, têm possibilidade de desenvolver a aprendizagem, sobretudo, quando há um preparo e uma credibilidade em proporcionar meios e formas de estimulá-las a despertarem o seu potencial, como todas as demais crianças.

Voivodic (2013, p. 46) ressalta que o “romper com o determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com SD resulta não só de fatores biológicos, mas também

das importantes interações com o meio”. Mesmo diante de tantos aspectos ligados à genética, é possível haver interação na construção do conhecimento através da influência mútua com o outro e o meio, o que contribui para a apresentação de resultados satisfatórios na vida e no aprendizado desses indivíduos.

Conforme Voivodic (2013), mesmo diante de todas essas características, outras se tornam essenciais para que haja o processo de inclusão como:

Necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e deformação e saiba em que medida pode contribuir para a inclusão da criança deficiente. As condições e limites de cada escola sejam examinados. As formas possíveis para que o processo de inclusão se realize em benefício da criança deficiente sejam analisadas. Os projetos educacionais se façam numa dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente (p.34).

Quando foram criadas as salas especiais, o processo pela luta da integração evidenciou um estágio menos efetivo do que o atual, caracterizado pela luta por inclusão e pela extinção das salas especiais, tornando-as um espaço único de ensino-aprendizagem. Em seu entremeio, vê-se que a sociedade, a escola e a família podem olhar para as crianças com SD percebendo-as como seres capazes que são, e mesmo tendo necessidades diferentes, estes são de fato sujeitos que devem ser percebidos e tratados por todos de forma igual.

Nas palavras de Mantoan (2015), o real motivo da luta pela inclusão pode ser assim considerado:

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (MANTOAN, 2015, p.21).

Todavia, o processo de educação para todos só conseguirá se concretizar de forma democrática, quando os sistemas de educação conseguirem perceber e tratar seus estudantes de forma equiparada, independentemente de suas deficiências. A inclusão de crianças com DI/SD só irá ocorrer de fato quando todas as escolas e professores estiverem aptos a desenvolverem uma educação de forma equiparada para todos.

É necessário haver mais aperfeiçoamento e preparação de todos os órgãos para a inclusão, e que possa realmente ser ofertada uma educação inclusiva, e não apenas continuar a viver em uma educação de forma segregada, por vezes ignorando as leis que dão suporte à permanência dessas pessoas dentro do contexto escolar de forma igualitária.

No entanto, essa permanência ainda acaba sendo prejudicada, às vezes, pelo fato da não obrigatoriedade e cobrança das famílias e da sociedade, deixando assim de garantir alguns

direitos que foram implementados como de forma obrigatória a todos os cidadãos, independentes da sua deficiência. No caso das crianças com DI/SD, a sua inserção no contexto escolar ainda causa alguns conflitos, não somente pela falta de conhecimento da síndrome, como também pela falta de capacitação em como trabalhar o processo de ensino-aprendizagem daquela criança.

Mudanças ocorridas no processo e aceitação de crianças com deficiência no âmbito escolar

Segundo Gonzáles (2002), há duas décadas, foram percebidas algumas mudanças no que se refere à aceitação de pessoas com deficiência dentro do âmbito escolar, favorecendo assim uma maior aceitação, mesmo que de forma gradativa, da inclusão destes nas salas regulares de ensino.

Mas é oportuno destacar a grande dificuldade de alguns professores, por não terem uma capacitação condizente com a forma efetiva de ensino para os educandos no processo de aprendizagem. Ao mencionar a questão da qualificação no processo de ensino de crianças com deficiência, no que se refere a crianças com SD, deve ser mencionada a percepção dos professores para o processo de se respeitar o tempo e ritmo de cada aluno, para que assim possa se buscar uma educação inclusiva de qualidade a todos.

Com base nesses pressupostos, observa-se que é imprescindível que haja mudanças no processo de como deve ser percebida a inserção de crianças com deficiência dentro do contexto escolar. Cabe lembrar que:

Nas redes de ensino público e particular que resolveram adotar medidas inclusivas de organização escolar, as mudanças podem ser observadas sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos. (MANTOAN, 2015, p.56).

A escola passa a ser o espaço de percepção das necessidades, assim como um espaço que necessita ser modificada. Para tanto, é importante ter em conta que:

Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, a meu ver são: Recriar o modelo educativo-escolar, tendo como eixo o ensino para todos; Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos; Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (MANTOAN, 2015, p.60).

No processo da educação inclusiva, os professores devem ser capazes de perceber e acreditar nas novas capacidades que podem ser alcançadas através do estímulo ofertado a todas essas crianças. Isso possibilita uma melhor prática pedagógica, no tocante a novos olhares e aprendizados a todos àqueles que buscarem o espaço escolar como forma de inserção e aprendizagem na vida pessoal.

No que se refere à educação inclusiva, está destaca a importância da parceria escola, professor, comunidade e família nesse trabalho de integração para poder possibilitar novas interconexões no meio de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais, favorecendo uma maior expansão nas novas descobertas que serão vivenciadas e aprendidas.

A escola passa a ser primordial no processo de formação social desses sujeitos, favorecendo novas descobertas a partir dos métodos disponibilizados, como também a oferta de questões para que esses alunos também sejam capazes de buscar novas descobertas, através dos estímulos colocados para os mesmos.

Os professores precisam buscar novos instrumentos, para poder implementar dentro do seu procedimento pedagógico métodos inovadores, tornando possível um aprendizado condizente a todos. São necessárias novas ferramentas e mudanças curriculares no processo de ensino para favorecer a todos de forma igualitária, permitindo que dentro do espaço escolar as adaptações e as reflexões sejam adequadas ao processo de inclusão. Nesse sentido, o processo de capacitação e formação de professores deve focar aspectos relativos não apenas ao processo de inclusão, mas também a todos aqueles que venham valorizar a diversidade de identidades que possam existir dentro do âmbito escolar.

O artigo 3º do documento Diretrizes Nacionais, no que se refere a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001), destaca que por se tratar de uma modalidade de educação escolar, devem ser definidas suas propostas pedagógicas de forma que sejam assegurados a esse educando os serviços educacionais especializados e de forma organizada institucionalmente, tornando possível oferecer uma educação de forma complementar, que promova o desenvolvimento e favoreça aos educando um processo de aprendizagem em todas as etapas da educação básica

Mantoan (2015) enfatiza que durante um longo período foi sendo colocado por alguns sujeitos que o processo de ensino-aprendizagem dentro das salas de aula não era condizente a todos aqueles com ou sem nenhum tipo específico de deficiência. O autor menciona que, durante esse período, os conceitos de normal e especial acabaram sendo colocados dentro do espaço escolar, tornando-se o processo de ensino desfavorável a todos aqueles que eram

colocados como sendo especial. Com isso, a prática pedagógica de alguns professores foi carregada de estigmas que acabaram dificultando o processo metodológico de aprendizagem, uma vez que esses sujeitos eram tratados e ensinados de formas diferenciadas.

Nesse contexto, alguns estereótipos do tipo normal e especial acabaram possibilitando a existência de um ensino de forma diferenciada, o que significa a necessidade atual de desconstruir esse estigma, para que o processo de ensino fosse favorável a todos os alunos inseridos nesse sistema. Esta é uma das primeiras dificuldades a serem colocadas no processo de concretização da proposta da educação inclusiva.

Pode-se, pois, imaginar o impacto da inclusão nos sistemas de ensino ao supor a abolição completa dos serviços segregados da educação especial, dos programas de reforço escolar, das salas de aceleração, das turmas especiais etc. A inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula (MANTOAN, 2015, p.25).

A educação especial, ao adentrar no espaço escolar, ocasionou um grande impacto no que se refere à falta de preparo, como também no aspecto de aceitação, que foi sendo construído durante o processo histórico no que se refere à incapacidade das pessoas com deficiência em obter algum tipo de aprendizagem. Dessa forma, não foi diferente aos docentes, uma vez que estes também estavam inseridos na sociedade e fizeram parte de toda a construção errônea sobre os sujeitos com alguma deficiência.

Na perspectiva apresentada por Vygotsky (2015), no que se refere à importância do meio com relação à formação dos sujeitos, entende-se que o trabalho feito pelos professores possibilita uma maior interação e aprendizado por parte desses sujeitos no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, esses indivíduos são capazes de demonstrar a toda a sociedade a real importância da escola e sociedade trabalharem juntas, buscando oportunidades para esses sujeitos desenvolverem toda a sua capacidade. Nas palavras de Mantoan:

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade. (MANTOAN, 2015, p.46).

De fato, eram as crianças que tinham que se adaptar ao ambiente escolar, o que ocasionou problemas no processo de aprendizagem, já que as escolas em sua maioria não tinham profissionais, nem tão pouco seu ambiente era propício para o processo de formação integral desses sujeitos. Isto causou graves prejuízos na formação do aprendizado, já que este

era distribuído de forma desigual, tornando os sujeitos com deficiência cada vez mais despreparados para sobreviver dentro da sociedade de forma igualitária.

Foi necessária, então, uma reorganização dentro do sistema educacional brasileiro, para que houvesse uma adaptação nos ambientes escolares como na oferta de capacitação de professores para se trabalhar com crianças com deficiência. O Conselho Federal de Educação Inclusiva apresentou um projeto de lei no ano de 2001 pelo MEC que tinha o propósito de instituir nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, viria estabelecer alguns aspectos como:

Art.80-As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I - Professores, das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados; respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos. VI - Condições para reflexão e elaboração teóricas da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiências e conhecimentos com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e pesquisa. (BRASIL, 2001, p. 36).

O referido artigo destaca a importância de se ter, dentro do quadro pedagógico de todas as escolas, profissionais especializados em educação inclusiva, para que possam ofertar uma educação de qualidade a todos, já que o atendimento a esses alunos está previsto legalmente. É de responsabilidade dos municípios, estados e da União a oferta a todos os professores uma especialização e a oferta de formação continuada, para assim poder proporcionar a todos os sujeitos com deficiência um ensino de forma equiparada.

Os procedimentos de ensino dos educadores incluem o trabalho com métodos que possam ultrapassar questões ligadas a preconceitos e estigmas mencionados pela população e carregados por estes ao longo dos tempos, apontando para uma formação de mudança de costumes e tradições arraigadas no decorrer dos tempos.

É necessário, portanto, pensar nos instrumentos de ensino, para que estes possam ter o fundamento de se buscar a criatividade desses alunos, e não continuar de forma errônea de como se deu esse processo de ensino, de forma a seguir rotinas como ensinando apenas questões de hábitos, higiene e boas maneiras dentre outras, deixando com que esses sujeitos possam alcançar o seu desenvolvimento potencial.

Este paradigma estigmatizador favoreceu, ao longo dos tempos, a formação de sujeitos limitados, uma vez que estes ficarão apenas no processo de desenvolvimento real, impossibilitando que demonstrassem suas capacidades embutidas no seu desenvolvimento. Por esta razão, deve-se investir na inserção desses professores no processo de pesquisas para obter métodos eficazes e formas de como se trabalhar e desenvolver o potencial adormecido por falta

de estímulos, a todos aqueles com deficiência, simplesmente pela falta de confiabilidade e capacidade de alguns educadores no processo de ensino-aprendizagem.

As escolas necessitam repensar o processo de inclusão, uma vez que não basta apenas capacitar seu quadro de profissionais, sem antes estimular e valorizar esses profissionais para o exercício da profissão. Como também o preparo do ambiente e material condizentes com a deficiência, quando se reporta à SD, faz-se necessário, tanto no conhecimento como no material adequado para se trabalhar no progresso do aprendizado dessas crianças.

Os métodos utilizados e as adaptações curriculares são recomendados pela lei nº 9394/96 referente às diretrizes e bases da educação nacional, essas adequações favorecem aos ajustes curriculares no processo de ensino das crianças com necessidades especiais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, as escolas devem contemplar alguns aspectos como: O atendimento às diferenças individuais dos alunos, a escola deverá diversificar e flexibilizar o processo ensino-aprendizagem; Identificação das necessidades educacionais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; Opção por currículos abertos e propostas curriculares diversificadas; Flexibilização quanto à organização e ao funcionamento da escola, para atender à diversidade; Inclusão de professores especializados e serviços de apoio a fim de favorecer o processo educacional (BRASIL, 1999).

Esses procedimentos devem ser aplicados a alguns elementos curriculares como: objetivos, conteúdos, avaliação, metodologia e organização didática, temporalidade e organização curricular; podendo ser utilizados de forma condizente as necessidades demonstradas por cada sujeito, com isso podendo ser observado qual procedimento se adéqua para determinados tipos de deficiência. No caso de crianças com a SD, a adequação ao melhor método, necessitará de uma avaliação por parte dos professores, uma vez que com a identificação da gravidade da síndrome, pode-se identificar qual procedimento se adéqua melhor, para a obtenção de resultados satisfatórios no seu processo de aprendizagem.

De acordo com Mantoan (2015) a escola acabou

Se entupindo do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (p. 12).

A inclusão implica mudanças do atual paradigma educacional, necessitando assim de uma nova reinterpretação do modelo educacional implantado há séculos atrás. Isso implica em diversas questões, uma vez que o processo educacional vem demonstrando sinais de

esgotamento, expressos, por exemplo, em não saber lidar com questões ligadas ao processo de inclusão e aceitação de aspectos que vieram sendo implantados no contexto social.

Com isso, fez-se necessário que mudanças fossem adotadas para que o espaço escolar fosse capaz de aceitar de forma inclusiva todas as crianças com deficiência. Diante de tantos relatos e questionamentos, as escolas não puderam continuar ignorando o que vinha acontecendo ao seu entorno, e marginalizando todas aquelas crianças, que por terem uma síndrome, acabavam sendo penalizadas no processo de ensino-aprendizagem.

O processo de educação é enfatizado por Mantoan (2015), como sendo “o ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações” (p. 13), contrariando assim o processo de correlação que existe entre as disciplinas como também entre os diversos tipos de conhecimento, caracterizando um tipo de informação restrita, e desconhecendo a importância do processo de socialização dos diversos tipos de conhecimento no processo de desenvolvimento e aprendizagem total.

Os sistemas escolares acabaram sendo montados a partir de pensamentos e recortes feitos de uma realidade que dividia os estudantes em normais e deficientes, montando um processo de ensino de regular e especial, sem professores especialistas. Colocou-se assim uma visão de organização determinista e mecanicista, formalista e reducionista do pensamento contemporâneo da educação. Desconheceram-se outros aspectos relevantes dentro do processo de ensino para a obtenção da aprendizagem, como questões afetivas, rompendo-se assim com todos esses modelos implantados institucionalmente dentro dos espaços escolares, obtendo-se assim uma educação de forma excludente (MANTOAN, 2015).

Para que as crianças com DI/SD possam ingressar de forma compatível a quaisquer outras crianças dentro do contexto escolar, faz-se necessário que a escola redefina seus planos, para que a educação possa ser ofertada voltando-se a aspectos também ligados a educação para a cidadania de forma global, plena e livre de qualquer tipo de preconceito que possa desqualificar qualquer sujeito pelo fator de possuir uma síndrome. Morin (2018) afirma que “para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” (p. 14).

O processo da integração, mesmo sendo contestado e questionado, ainda permanece ativo em diversos contextos educacionais. Nesse processo, apesar do estudante estar transitando no sistema escolar, fazendo parte de salas de recursos, ensino domiciliar dentre outros, trata-se de uma educação segregada, por ofertar serviços de forma distinta, já que o processo de inclusão não prevê esse tipo de ensino no que se refere a uma escola inclusiva (MANTOAN, 2015).

O processo de educação inclusiva propõe que esse tipo de sistema seja desfeito, e o que deve prevalecer é um ensino com mudanças do paradigma educacional, retirando as subdivisões que possam existir nos sistemas de ensino no que se refere às salas especiais e de ensino regular, e que haja um único formato de ensino, currículos, atividades, avaliação da aprendizagem, sendo ofertados tanto para alunos com deficiência como para aqueles alunos sem nenhuma necessidade especial.

Tentando abolir de vez com os tipos de serviços educacionais de forma segregadas, e passando a oferta uma educação inclusiva, a inclusão, segundo Mantoan (2015), não deixa de ser uma provocação para que se possa pensar e fazer uma educação para todos, podendo assim atingir desde aquele estudante com deficiência, como também aqueles alunos com problemas relativos a fracasso escolar. Uma educação voltada e reestruturada de forma condizente às necessidades de todos aqueles que estão inseridos no processo educacional.

Mantoan (2015) constata que a educação brasileira é marcada por problemas relativos pelo fracasso escolar, como também pela falta de estruturação nesse processo de ensino, levando-se assim a uma educação desmotivante e formulada apenas no aspecto mecanicista de ensino. Desfavorecem assim todos aqueles que possuem necessidades educacionais especiais, já que a estrutura cultural levou a um processo de ensino não igualitário.

A falta de estruturação nas escolas contribui para a oferta de um ensino de forma desestruturada no aspecto inclusivo, uma vez que quando a escola faz uma pesquisa para medir o nível de aprendizado, acaba se esquecendo de pontuar dados relevantes, como de que forma se ensina, e como esses conteúdos são absorvidos, focando apenas em números, e desconsiderando o formato implantado para esse tipo de aprendizagem.

Desse modo, reforça-se o estigma, deixando de se pensar de que forma esse ensino está sendo ministrado e de reformular seus métodos para que as crianças com necessidades educacionais especiais possam usufruir dos mesmos direitos das demais. Aumenta-se assim o conceito de que tais sujeitos não conseguem obter um aprendizado de forma igualitária. Para entender as bases dessa problemática, é preciso considerar que:

O caráter dúbio da educação especial é acentuado pela imprecisão dos textos legais que fundamentam nossos planos e nossas propostas educacionais e, ainda hoje, fica patente a dificuldade de se distinguir o modelo médico-pedagógico do modelo educacional-escolar dessa modalidade de ensino. Essa falta de clareza faz retroceder todas as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos com deficiência (MANTOAN, 2015, p. 21).

Esses problemas ocorrem pelas diversas interpretações tendenciosas da legislação educacional, levando a dualidade dos termos, provocando e distorcendo algumas informações

com relação à inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino de forma igualitária. Entende-se que os caminhos percorridos e propostos pela política de educação inclusiva se encontram apenas como meros diminuidores das causas excludentes, esquecendo-se de buscar avanços significativos que possam realmente acompanhar as inovações e sejam capazes de buscar uma identidade de produção de conhecimento dentro das escolas, e procurando um afastamento do formato da integração.

Volta-se a enfatizar os descritores de Vygotsky (2015) ao tratar sobre a importância da relação com o outro, no convívio e no ensinamento daqueles com um maior potencial, para que assim fossem desenvolvidos nestes os potenciais de criatividade e aprendizado. Portanto, se a educação inclusiva não for pensada e trabalhada de forma a se acreditar e entender todos aqueles que possuem uma deficiência, como seres capazes, esse processo de inclusão não acontecerá.

Todavia, não se pode esquecer de que uma grande parcela dos professores tem uma visão funcional do ensino, levando-se assim a uma percepção em sua grande parte, uma ideia errônea de se ensinar, podendo causar e ser rejeitado por uma sociedade educacional, pela qual esse processo venha ser desenvolvido. De acordo com Freire (2019), o professor é aquele que partilha com seus alunos a construção e autoria do conhecimento produzido no contexto das salas de aula. O professor está sempre buscando explorar os espaços educacionais com todos os alunos, para poder buscar e perceber o que cada aluno consegue aprender, de tudo aquilo que está sendo ensinado, e de que forma, como se procedem aos avanços nessa exploração.

Com isso, Freire (2019) contribui para o entendimento de que muitas coisas precisam ser reformuladas no processo de educação inclusiva, pois além de mudar e reestruturar as leis e decretos deve-se preparar e capacitar todos os ambientes e profissionais que venham a trabalhar no processo de formação integral desses sujeitos. Não podendo ser esquecido que esse processo vai mais além, uma vez que os ensinamentos devem percorrer aos espaços da sociedade de forma geral, para que a mesma também possa ser orientada sobre de que forma também pode contribuir nesse processo de aceitação e entendimento das reais capacidades que podem ser adquiridas pelas crianças com a SD.

Nessa perspectiva, a escola juntamente com os professores desempenha um papel significativo, não só no aspecto relativo ao desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, mas contribui de forma expressiva em diversos aspectos inerentes ao processo de construção dos seres humanos, podendo assim favorecer em aspectos sociais, motores, culturais de aprendizagem, como também no processo global de formação da personalidade desses sujeitos. Entende-se que é essencial que todo ser humano possa desfrutar desse benefício, que é a

educação escolar, devendo esta ser ofertada de forma igual a todas às crianças com deficiência ou não.

Com isso, faz-se necessário que o processo de inclusão seja algo bem sucedido a todos os estudantes com DI/SD, devendo acontecer de forma imediata uma reestruturação no sistema regular de ensino, para pensar em melhores formas de se trabalhar com esse público, como discorrer sobre as adequações de ambientes, materiais, para garantir um processo de capacitação de forma continuada, favorecendo assim a inclusão crianças com DI/SD no âmbito escolar, de forma regular e extensiva a todos.

Considerações Finais

A inclusão vem obtendo um espaço cada vez maior quando se refere à discussão do cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, embora sua efetivação ainda precisa de adaptações quando diz respeito a sua prática, fazendo com que direitos universais acabem não contemplando a todos os sujeitos com deficiência. De fato, a prática da inclusão vem se tornando mais frequente em vários países do mundo, apesar que, mesmo com diversas políticas públicas específicas para seu desenvolvimento. Ainda existem muitos desafios a serem superados, dentre eles a falta de conhecimento de vários profissionais como também a grande contribuição que a família e sociedade podem oferecerem durante todo o processo de inclusão.

O conhecimento e a divulgação cada vez maior da DI/SD fazem com que a população em geral compreenda que aquele que tem a referida síndrome pode obter um desenvolvimento tal qual outra criança sem a deficiência, isso através do acompanhamento de profissionais, dentre os quais os professores, a relação entre a criança e sua família, a comunidade em geral, psicólogos entre outros, a criança com SD pode desenvolver seu potencial, não justificando assim, o preconceito social.

Viu-se que as pessoas que tinham SD em épocas passadas eram estigmatizadas ou até mesmo excluídas do contexto social, chegando em alguns casos a serem mortas. Contudo, esse quadro no século XXI está se tornando diferente, pois se luta para que todos possam viver e crescer dentro da sociedade. Alerta-se, porém, que os direitos das pessoas com SD, em vários espaços, não vêm sendo efetivados como esta descritos nas diversas leis e tratados, por isso a importância da escola nessa formação e conscientização de que estes devem buscar e lutar por seus direitos, para fazer valer tais determinações e os princípios inclusivos.

As escolas passam a ser acreditadas como sendo um dos meios para se mudar o estereótipo de incapacidade nos sujeitos com DI/SD, sendo os professores um dos responsáveis

por mudanças antes não acreditadas, nem tão pouco percebidas, pois a educação é direito de todos os indivíduos com a referida síndrome ou não, todos estão nela incluídos e precisam que sua educação seja plenamente assegurada.

A educação baseada na teoria sócio-histórica ressalta a consciência de que o meio social é um dos pilares para a obtenção do desenvolvimento e aprendizados das crianças com deficiência intelectual mais precisamente a SD. As mesmas podem se desenvolver e obter um aprendizado de forma satisfatória a todas as outras crianças sem a doença, através da interação e relação social com o meio a qual estas venham a pertencer.

Ainda se observa uma resistência diante do processo inclusivo. Apontam-se vários obstáculos existentes, desde o despreparo no desenvolver das suas atividades por parte dos professores, como também os espaços escolares inadequados. Em face desse contexto, entende-se que só haverá inclusão para todos, a partir do momento que houver mudanças nas compreensões e entendimentos, e que os educadores passem a focar as potencialidades das crianças com SD, em vez de suas dificuldades. Espera-se que os governos e estados efetuem a educação e as políticas públicas baseadas na realidade da educação inclusiva, e ofereçam formação continuada a todos, de forma a assumirem de fato o papel de mediadores entre as crianças com SD, e o conhecimento que pode ser adquiridos por todos estes.

Porém, ao se pensar no futuro da educação inclusiva no país ressalta-se que isso dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais e a contribuição dos professores a fim de trabalhar uma meta comum: a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos. Mostra-se assim, que a inclusão de crianças com DI/SD dependem de vários fatores, sendo estes trabalhados e moldados pelo processo histórico da educação, uma vez que a mesma possibilita o estudo e as melhores formas de como lidar e efetivar a inclusão desses sujeitos no espaço escolar adequado.

Referências

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEEP, 2001.

BRITES, C. Deficiência intelectual entre mitos e verdade. **Neuro saber Ltda ME**. 2019. Disponível em: <https://neurosaber.com.br/o-que-e-deficiencia-intelectual-e-desenvolvimental-did/>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

- BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 5ª edição, 2006.
- CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 11.ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.
- CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto Codex, Portugal: Porto Editora. (Coleção Educação Especial, 1), 2013.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade - Ed.: Paz e Terra, 2019.
- GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? — 1º. Ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MORIN, Ed. **A cabeça bem-feita**. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky aprendizado e desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2ª. Ed. 2013.
- PUESCHEL, S. M. (org.). **Síndrome de Down**: Guia para pais e educadores. A4. 14.ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Série didática, FAETEC/IST, 2007.
- SANTOS, L. F. A. do. **Apostila metodologia da pesquisa científica II**. Série didática, FAIT, 2006.
- SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 2003.
- VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

LEITE, Madson Márcio de Farias; MONT ´ALVERNE , Clara Roseane da Silva Azevedo . Desafios e Perspectivas do Professor na Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência Intelectual/Síndrome de Down. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 929-946. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 07/05/2020

Aceito: 13/05/2020